

130

RESENHA

MAZZ, JOSÉ M. L.
& BRACCO, DIEGO.
MINUANOS. APUNTES
Y NOTAS PARA LA
HISTORIA Y LA
ARQUEOLOGÍA DEL
TERRITORIO GUENOA-
MINUAN (INDÍGENAS DE
URUGUAY, ARGENTINA Y
BRASIL).

MONTEVIDEO: LINARDI Y RISSO, 2010.

Resenhado por Rafael Guedes Milheira

Professor do Bacharelado em Antropologia/Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas. Pesquisador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ-UFPEL).

O livro *Minuanos* é de autoria de dois eminentes pesquisadores das culturas pampianas do sul do Brasil, Uruguai e Argentina. López Mazz tem uma vasta produção na área de arqueologia voltada para o entendimento das estruturas arqueológicas conhecidas como “*Cerritos de indios*”, que teriam sido construídos e ocupados por grupos pampianos desde, pelo menos, o holoceno médio. A partir dos anos 1980, López Mazz tem tido grande influência sobre as temáticas a que os arqueólogos têm se debruçado, buscando conduzir suas leituras sobre estes sítios arqueológicos no sentido da complexidade social evidenciada pela monumentalidade dos cerritos.

O historiador Diego Bracco, por sua vez, tem influenciado significativamente a historiografia uruguaia que versa sobre as populações ameríndias do pampa. Grande

conhecedor da documentação histórica desde o século XVI, Bracco tem buscado refletir sobre a presença dos grupos Guenoa-Minuano na conformação da identidade nacional uruguaia, colocando em discussão a “onipresença” do passado Charrua como uma referência histórica homogeneizante.

A estrutura do livro foi composta basicamente por um conjunto de documentos históricos que registram informações sobre os grupos Guenoa-Minuano. Raros são os registros anteriores a 1680, em virtude do desinteresse da administração colonial, neste amplo espaço geográfico que Oscar Padrón Favre denomina como “território marginal”. Foi somente após esta data, com a presença das missões jesuítas à frente do projeto guarani-missioneiro, que os relatos sobre o território e seus ocupantes passa-

ram a ser sistematicamente registrados Os documentos abrangem um vasto período de aproximadamente 250 anos, desde os primeiros registros em torno de 1680. Os mesmos não têm relação direta entre si e referem-se, em sua maioria, a documentos militares, administrativos, clericais e jornalísticos. Os documentos foram apresentados no livro seguindo a cronologia, sendo precedidos de uma breve introdução sobre seu tema. Os autores deram privilégio a documentos produzidos por pessoas que presenciaram ou que foram afetadas pelos fatos narrados, o que permite termos uma leitura bastante aproximada dos acontecimentos históricos narrados.

Com este compêndio de documentos históricos, os autores buscam questionar o conceito da dita “macro etnia Charrua”, amplamente utilizado, mas com um duvidoso respaldo nas fontes. Neste sentido, o propósito destes apontamentos é considerar os Guenoa-Minuano como uma nação que deve ser entendida na sua originalidade, autonomia e identidade. Uma nação que teve seu papel na conformação da estrutura histórica das populações pampianas, mas que tem sido relegada a um segundo plano na historiografia desta região. Preocupa aos autores o fato de que a população uruguaia tenha elegido a nação Charrua como sua referência, buscando uma linearidade histórica indígena homogênea. Neste sentido, os autores querem demonstrar a pluralidade do passado histórico uruguaio, argentino e sul brasileiro, abrindo o debate sobre a formação das identidades étnicas, já que, embora os Guenoa-Minuano tenham sido comparativamente esquecidos na hora da criação dos mitos fundacionais, sua identificação e relação com o território foi muito grande.

Com base na documentação histórica, segundo os autores, é possível afirmar que

os “grupos Guenoa-Minuano formam uma nação” com suas particularidades que a diferencia da nação Charrua. Em muitos “traços culturais” pode-se afirmar que estes grupos se mostraram distintos das demais populações do território pampiano, pois:

(1) Os próprios Guenoa-Minuano se consideravam uma unidade, o que é recorrente na documentação, como fica evidente, por exemplo, na declaração de um índio que teria sido apresado pelos cristãos, no ano de 1701, e remetido ao governador de Buenos Aires. Ao ser questionado sobre que nação pertencia, o mesmo índio respondeu que era da nação Guenoa, complementando que havia quatro nações no Uruguai: “Dice que los charruas y boanes y otras dos naciones (yaros y guenoas)” (Mazz e Bracco 2010, p. 77)

(2) As autoridades coloniais referiam-se a esta nação, diferenciando-a dos demais grupos indígenas, tanto em situações de guerra como de paz. São recorrentes os conflitos que denotam a inimizade secular entre os grupos Charrua e Guenoa-Minuano, como consta na informação ordenada pelo tenente do governador Francisco Domínguez Santa Fe, de 22 de julho de 1689 “*que los indios que llaman charrúas, que están inmediatos a esta ciudad tienen guerras continuas con los indios que llaman guinoanes, y que estas proceden de antigua enemistad que conservan y que en ellas, los dichos indios charrúas apresan a sus contrarios, a los cuales ordinariamente los pasan a cuchillo, aunque sea de pechos, porque el odio que tienen entre ellos les mueve a lo contenido y no otra causa ni interés*” (Mazz e Bracco 2010, p. 59).

O livro ainda contém dois estudos de caráter arqueológico em que López Mazz busca uma síntese da arqueologia do cerritos, propondo que estes grupos pampianos construtores dos montículos de terra te-

riam sido responsáveis pelo desenvolvimento de uma sociedade que teve um processo de complexificação relativo a uma história de longa duração e que ultrapassa cinco mil anos. Herdeiros diretos da chamada tradição umbu, estes grupos de caçadores-coletores teriam processado estratégias de adaptação ao ambiente cambiante do holoceno médio incorporando novos e amplos territórios, tendo como resultados a estabilização territorial, adensamento demográfico e novas formas de organização social em vias da sedentarização. Os correlatos materiais deste processo seriam os próprios cerritos, tratados como cemitérios e monumentos simbólicos que denotam a estratégia de reclamação de zonas ricas em recursos naturais e, sobretudo, o direito exclusivo de seu uso por parte de alguns povos. Trata-se, portanto, da constituição de um território, definido como o “espaço geográfico economicamente gerenciado, simbolicamente sinalizado, politicamente delimitado e socialmente definido”.

A paisagem deste espaço geográfico territorializado foi sistematicamente modificada pelas estruturas monticulares e outros correlatos materiais, havendo uma sobreposição de episódios no tempo que remetem a dinâmica de ocupação geográfica e simbólica do território. A cartografia histórica do território Minuano no século XVII, XVIII e XIX denota, em primeiro lugar, a intensa dinâmica de movimentação, causada em parte pelos conflitos com os exércitos colonialistas e, em parte, pelos conflitos internos entre os próprios grupos indígenas que conformaram distintas etnias. Em segundo lugar, esta cartografia associada aos vestígios arqueológicos sugere que os cerritos teriam sido construídos pelos Minuano.

Este panorama cultural dinâmico é reforçado no estudo de carácter histórico, de

autoria de Diego Bracco, que finaliza o livro. O autor considera que os Guenoa-Minuano teriam seu território limitado (mas em constante câmbio) pelos rios Uruguai e Paraguai, estando do outro lado os seus rivais de longa duração, os Charrua. Para Bracco, a presença dos Minuano foi negligenciada na historiografia em virtude da falta de estudos de longa duração; da abordagem nacionalista dos historiadores que divisaram as escalas territoriais indígenas sem levar em conta a coesão étnica e cultural refrente à vasta amplitude do território Minuano; e devido à inadequação do conhecimento dos pesquisadores sobre os grupos indígenas e suas particularidades. A síntese histórica sobre os grupos indígenas, ou, como quer o autor, “Os erros Charrua e Guenoa-Minuano” teria sido constituída com base em uma documentação escassa, sobretudo antes da metade do século XVII, quando ainda não haveria interesse econômico no pampa. Essa síntese teve base, portanto, numa documentação predominantemente posterior ao século XVII, quando já tinham ocorrido diversas mudanças culturais decorrentes das fugas e migrações indígenas derivadas do impacto das doenças contagiosas e da escravidão. Neste sentido, a historiografia hoje aceita sobre o mundo indígena nutriu-se com dados extemporâneos obtidos em regiões específicas que remontam à desembocadura do rio Uruguai e Paraguai.

Além da riqueza de informações históricas explicitada na documentação colonial e da síntese que articula dados arqueológicos com tais informações etnohistóricas, o livro incita discussões variadas sobre a ocorrência massiva dos grupos Guenoa-Minuano na região pampiana. Se há uma distinção factual tão marcada entre a nação Charrua e Guenoa-Minuano é de se supor que outras distinções étnicas também existam en-

tre outros grupos, diversificando ainda mais a pluralidade histórica e arqueológica. A documentação apresentada permite esta inferência na medida em que vários grupos são nomeados: yaros e boanes, por exemplo.

A questão que fica latente, neste caso, diz respeito à identificação destas parcialidades étnicas no campo arqueológico. Assim como os autores propõem que os cerritos seriam os correlatos materiais da representação territorial e simbólica dos Guenoa-Minuano, quais seriam os vestígios autênticos destas demais parcialidades étnicas pampianas? Mais ainda, conseguiremos um dia, arqueologicamente, delimitar com precisão as diferenças étnicas dos grupos pampianos a partir da materialidade?

Outra questão interessante que surge através deste trabalho é a amplitude territorial e a articulação paisagística dos grupos pampianos. A amplitude geográfica do território Guenoa-Minuano chama atenção para a sistêmica dinâmica de ocupação, que sugere que vários locais do território eram ocupados ao mesmo tempo e por diferentes interesses estratégicos. Esta articulação territorial ampla só pode ser operada por uma cultura estruturada em um sistema social altamente complexo. Esta é uma inferência que coloca em questionamento os modelos teóricos tradicionais de que os grupos construtores de cerritos seriam bandos de caçadores-coletores com uma alta mobilidade sazonal articulada entre o litoral e o interior do pampa. A partir deste modelo teórico constituído nos anos 1970, tratar-se-ia de grupos que construíam os montículos na medida em que ocupavam sistematicamente os mesmos espaços durante curtas temporadas de exploração dos recursos de subsistência. Esta percepção está completamente relacionada à sín-

tese das teorias sócio-evolucionistas de Lee and Devore (*Man the Hunter*, 1968) há muito defasadas pelo seu caráter generalista e por novos modelos teóricos, mas que, por mais incrível que pareça, são ainda reproduzidos na constituição de conhecimento arqueológico.

Estas e muitas outras reflexões surgem com a leitura do livro *Minuanos*. Complexidade, paisagem, território, conflitos, monumentalidade, identidade, nação, analogia e disputa são alguns dos termos/conceitos que dão o tom da narrativa e que indicam os caminhos teóricos para onde os autores remetem a discussão. A riqueza de informações e detalhes fica meramente obtusa em virtude da sequência documental apresentada em que não há articulação temática. Isto, além de dificultar o entendimento dos propósitos do livro, torna a leitura um tanto enfadonha, questão que deve ser observada quando se pretende atender a públicos diversos. Porém, como os próprios autores comentam, basta uma leitura crítica e atenta para que se perceba a amplitude e o objetivo do trabalho. *SB*